



INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**A CPLP, A LÍNGUA PORTUGUESA, O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO
E O PAPEL DO IILP**

Por Amélia Arlete Mingas

Lisboa, 9 de Março, 2010

Excelências,

Senhor Vice Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP,

Senhora e Senhores Presidentes dos Parlamentos da CPLP,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Secretário de Estado das Comunidades,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Gostaríamos de começar por agradecer ao Senhor Presidente desta Magna Assembleia Parlamentar, o convite que nos endereçou para nela participarmos e, muito especialmente, não só agradecer mas também, saudar o modo como abraçou a causa do IILP, instando os seus homólogos e alguns responsáveis comunitários a agilizarem a reconstituição das suas Comissões Nacionais e a respectiva regularização das suas cotas.

Esta é a nossa última participação, na qualidade de Directora Executiva do IILP. Daí, o redobrado prazer em apresentar mais uma reflexão sobre o tema deste painel.

A nossa Comunidade viabiliza e consubstancia uma partilha de valores, assumida no quadro de princípios de igualdade e de liberdade de decisão, em que a soberania dos Povos deverá, em princípio, ser a fonte da legitimidade de construção do que designámos por *língua Portuguesa*, ou seja, a recriação e renovação da língua comum através de fenómenos diferenciados de variação, reflectindo outros e novos saberes, pulsões, sensibilidades, ambições.

A língua comum espelha, assim, uma vivência, uma História de tensões, conflitos e de paixões entre Povos de oito países e de quatro continentes. Uma História que levou esses Povos à construção de pontes culturais e comunicacionais que, aos poucos, se têm vindo a impor ao Mundo e a todos nós.

É um facto que, tendo uma paternidade de origem, a nossa língua constitui, hoje, um património da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Cumpre-nos, no entanto, como representante do IILP, salientar que, infelizmente, não existe ainda uma política comum da

língua e que a responsabilidade, pelo seu futuro de afirmação ou crise, resultará do empenho das formulações políticas dos Estados Membros, tendentes a superar a situação vigente.

Estamos cientes que uma verdadeira política comum da língua não se alcança com meras formulações de políticas ou estratégias nacionais.

A estratégia de defesa, divulgação e promoção da língua portuguesa reflectirá, isso sim, a das políticas nacionais e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa constituirá, nesse domínio, uma instância condicionada, de cariz coordenador e, porque não, também, factor de coesão e coerência das políticas nacionais, na perspectiva dos interesses comuns e colectivos.

Assim, pensamos ser importante desenvolver e criar condições para viabilizar a excelência de diálogos e de concertações permanentes entre as instâncias comunitárias, cuja missão incorpora os objectivos expressos (defesa, divulgação e promoção da língua) e as instâncias nacionais, que representam a vontade política dos Estados.

Para que avancemos, no sentido da normalização institucional, urge que não deixemos ao livre arbítrio dos específicos interesses nacionais, o ritmo e o alcance das políticas, sob pena de consequências indesejáveis. Impõe-se assim, a criação de condições para a elaboração de um diagnóstico, tendo em vista a superação das desigualdades potenciais dos Estados, no que tange à hegemonização do valor da língua e à possibilidade de enfraquecimento da solidariedade entre os Países em que se fala português.

A soberania da língua deve ser partilhada e, a valorização das instâncias de coordenação, como o IILP, pode ser decisiva para a não nacionalização dos processos de desenvolvimento da língua.

Permitam-nos, a propósito, que expressemos o nosso regozijo pela recente reconstituição das Comissões Nacionais de Portugal, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Temos nota, no entanto informal, que tal também aconteceu em Cabo Verde.

Porque bem comum, a língua portuguesa deve ser um elemento de partilha em que todos se possam rever e se sentirem capazes de

traduzir a sua vontade própria, expressa em liberdade e responsabilidade colectivas.

É nossa convicção que, para além da normalização institucional, é determinante o alinhamento de orientações rigorosas, na promoção e divulgação da língua portuguesa para o sucesso da nossa missão.

Nesse sentido, o IILP, no quadro das suas responsabilidades, tem apontado programas e lançado iniciativas, desafiado parceiros e sensibilizado os decisores políticos em três vectores essenciais, no sentido dos objectivos definidos.

No *vector institucional*, apontámos os centros de formação como alvo prioritário das nossas atenções, porquanto é no sistema de ensino e na formação das novas gerações que se qualificam os recursos e se habilitam as pessoas à livre cidadania – em que o domínio da língua é a fronteira entre a exclusão e a inserção, entre as oportunidades e as marginalidades nos nossos sistemas sociais.

Ressaltamos, igualmente, o papel que desempenham as instituições culturais e de investigação linguística como elementos estruturantes em qualquer política de divulgação e promoção da língua, desejando-se que as suas actividades se desenvolvam de forma articulada e convergente no interesse geral.

As nossas preocupações abarcam também *um vector comunicacional*, porquanto é imperativo que se incentive o uso da língua portuguesa no processo normal de comunicação, em coexistência com diversas línguas locais, socializando a sua utilização e normalizando os instrumentos de identificação que a língua comum representa.

Essa socialização é, aliás, um pressuposto democrático em que se consolida o princípio da igualdade de oportunidades e a não exclusão das pessoas. É que, para nós, dominar um instrumento de comunicação comum é um direito inalienável dos cidadãos, revertendo aos Estados o dever de criar as necessárias condições de acesso a esse bem.

O IILP tem tido, de igual modo, a preocupação de explorar o *vector programático* da sua própria actividade, propondo projectos e iniciativas, procurando sinergias e meios de execução.

Reconhecemos que nem sempre os planos de actividade são fácil e atempadamente cumpridos, não por falta de definição dos projectos em si, de capacidade técnica de execução ou de disponibilidade individual, mas por dificuldades de outra natureza em que os meios financeiros exigíveis nem sempre são fáceis de mobilizar.

O modelo de programação de iniciativas de uma instituição, como o IILP, terá de ser, cada vez mais, o da incorporação múltipla, em que cada um dos Estados Membros possa participar e identificar-se com a sua razão de ser e com os objectivos que se propõe alcançar, numa lógica de complementaridade com as iniciativas que os poderes próprios de cada um dos Estados Membros entenda desenvolver.

A lógica de complementaridade e de subsidiariedade, que as iniciativas e programas do IILP representam, pode contribuir para atenuar as desigualdades em função dos meios nacionais disponíveis e alimentar a solidariedade entre os Estados.

Minhas senhoras e meus senhores,
Excelências,

Esta visão global do que representa a nossa Instituição, para a promoção e divulgação da língua portuguesa, não é novidade para qualquer pessoa individual ou instituição aqui presente.

Não nos cansamos contudo de, nas oportunidades criadas, e esta é a derradeira para nós, lembrar os compromissos que, da parte dos Estados, foram livre e solenemente consentidos e assumidos e que são essenciais para o desempenho das organizações a que foram cometidas missões e objectivos definidos.

É importante que os Estados pressionem as instâncias internacionais e gerem dinâmicas para a aprovação dos projectos do Instituto submetidos a financiamento externo e que constituem plataformas de

mérito na afirmação da língua portuguesa. Quanto a nós, nem o contexto de crise internacional poderá justificar o facto de, por exemplo, não se ter acolhido o projecto de formação de formadores comunitários para a interpretação e tradução, numa altura em que se pretende que a língua portuguesa ocupe o lugar merecido nas instituições internacionais.

E tantos e tantos fora internacionais em que a comunicação em português deveria ser exigida!

É de considerar, finalmente, que a evolução futura do ILLP e da sua relação com o desenvolvimento e promoção da língua poderá ganhar uma nova dinâmica se, cumpridos os pressupostos orgânicos e funcionais que muito em breve serão redefinidos, avançarmos mais na concretização de um Pacto entre os poderes públicos, as entidades científicas e as indústrias culturais no sentido da coordenação das inúmeras actividades que se realizam no espaço geopolítico da Fala Portuguesa.

Nas indústrias culturais, importa realçar o papel que desenvolvem os operadores culturais associativos e privados, com relevância, para os operadores audiovisuais, a indústria livreira e editorial em geral e as representações culturais nacionais nos países e nas instituições internacionais.

A nossa Comunidade caracteriza-se por uma pluralidade de modelos culturais que importa reforçar, para que ela se torne mais abrangente, mais inclusiva, mais proactiva.

A questão, embora óbvia e concludente, é por vezes difícil de verificar, como temos vindo a reafirmar – unidos e coordenados, ganharemos todos; dispersos e casuísticos revelaremos fragilidades e, o que é pior, potenciaremos instabilidades.

Muito obrigada